



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cáceres

REQUERIMENTO Nº _____ DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Autor: **Vereadora Maria José da Silva**

Partido: **PT**

*A Vereadora que abaixo subscreve solicita à nobre Mesa, consultado o augusto e soberano Plenário, na forma regimental, seja encaminhado expediente a Exma. Senhora Prefeita **Eliene Liberato** consubstanciado na seguinte **Proposição Plenária:***

Requer ao Executivo Municipal e à Secretaria Municipal de Educação que seja encaminhada à Câmara Municipal de Cáceres os seguintes documentos:

- Estudo de Viabilidade Técnica e Análise de Benefícios acerca do processo de redimensionamento/municipalização das escolas estaduais, agora assumidas pelo município;
- Levantamento de quantos alunos do 6º ao 9º que sairão da Escola Municipal José Rodrigues Fontes e entorno e para quais escolas elas serão redimensionadas e qual tipo de proposta a prefeitura e à Secretaria Municipal de Educação penso para atender o problema de locomoção de várias crianças que terão que sair dos seus bairros para chegar às escolas;
- Estudo e levantamento de quais os valores essas crianças do 1º ao 5º que a prefeitura passará a receber do FUDEB.

Justificativa:

Estes documentos são importantes para esclarecer quais foram os estudos e análises que levou a Prefeitura Municipal de Cáceres e a Secretaria Municipal de Educação assumir centenas de alunos do Estado, a despeito do que diz os documentos oficiais da educação sobre suas responsabilidades, bem como, sobre a falta de diálogo com as categorias dos profissionais da educação. Não obstante, ferindo a Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) que garante o direito dos estudantes estudarem próximos a suas residências.

Para além disso, justifica-se o fato de a prefeitura e a secretaria municipal de educação nunca ter conseguido explicar direito quais os benefícios que essa política nefasta do Estado em se desresponsabilizar pela educação, transferindo sua responsabilidade para os municípios, traria para a administração municipal e como benefício educacional para as crianças acometidas por tal políticas.

Outrossim, sinalizamos para a necessidade da categoria receber respostas efetivas de como se desenrolará tais questões, fundamentalmente em número de crianças atendidas, como serão alocadas dentro de sala de aula, quantidades e outros fatores, que certamente, assim espera-se, a prefeitura e a secretaria de educação pensaram em seus estudos quando avaliaram a viabilidade dessa política, logo podendo ser muito esclarecedor a disponibilização dos documentos acima supracitado.

Sala das Sessões, 08 de dezembro de 2022.

Vereadora **Mazéh Silva** – PT